

GESTÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS E NARRATIVAS AFRODIASPÓRICAS NO RS: UM ESTUDO SOBRE O MERCADO PÚBLICO DE JAGUARÃO E O CLUBE SOCIAL NEGRO 24 DE AGOSTO

Athemis Nunes da Fonseca¹
Carla Daniela Rabelo Rodrigues²

Resumo: Esta pesquisa³ buscou identificar e analisar características das gestões do Mercado Público de Jaguarão e do Clube Social Negro 24 de Agosto, dois espaços e patrimônios culturais da cidade de Jaguarão (RS). Neste artigo, trabalhamos alguns referenciais sobre espaços culturais (RATTES, 2014; KAUARK e LEAL, 2019) e sobre identidades culturais (HALL, 2006; CANCLINI, 2005), além da pesquisa de campo que contribuiu com os resultados encontrados onde buscamos projetar cenários possíveis de colaboração por meio do acionamento de narrativas históricas e culturais, especialmente as afrodiaspóricas, inerentes à população jaguareense. Por fim, buscou-se identificar também como estes espaços estão sobrevivendo durante a pandemia de Covid-19 e quais são os papéis de gestores e produtores culturais locais na manutenção e no desenvolvimento da cultura local.

Palavras-chave: espaços culturais, patrimônio cultural, narrativas afrodiaspóricas, territórios negros.

Introdução

A cidade de Jaguarão possui um grande patrimônio cultural contando com espaços culturais tombados tanto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), quanto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado-RS (IPHAER), e consideramos relevante necessidade em investigar como estes espaços estão sendo geridos. Os espaços possuem uma distinção notória em suas gestões, enquanto o Mercado Público está sob uma gestão pública, o Clube Social Negro 24 de Agosto sob uma gestão particular e coletiva, uma associação. Observamos que grande parte destes espaços tombados como patrimônio cultural sofrem com problemas em suas gestões e com carência de oferta de programação cultural. O que acaba por interferir nos direitos culturais dos indivíduos moradores de Jaguarão e reflete em

¹ Estudante do bacharelado em Produção e Política Cultural da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA, campus Jaguarão, RS. Bolsista do PET Produção e Política Cultural. Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)- Mocinha. E-mail: athemisonseca.aluno@unipampa.edu.br

² Orientadora da pesquisa para produção do artigo. Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Professora Adjunta do bacharelado em Produção e Política Cultural da UNIPAMPA. E-mail: carlarabelo@unipampa.edu.br

³ Pesquisa desenvolvida ao longo do semestre letivo 2020/1 no componente curricular Projeto Cultural II.

instâncias de participação social, bem como de preservação do patrimônio e de cidadania. O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar os aspectos das gestões desses dois espaços culturais da cidade de Jaguarão. A partir dos resultados encontrados pretende-se projetar cenários possíveis ou propor medidas que possam auxiliar suas respectivas gestões. Pretende-se inclusive apropriar-se das narrativas já estabelecidas historicamente pelos espaços e potencializá-las, partindo da premissa de que os territórios negros de Jaguarão não fazem parte da narrativa oficial da cidade e que há demanda dos movimentos negros locais para que essas narrativas sejam visibilizadas. Nesse sentido, onde a cultura diversa deve estar naturalizada no cotidiano, Victor Vich (2017, p. 49) diz que “hoje, devemos entendê-la como laços humanos, estilos de vida, hábitos estabelecidos na cotidianidade mais comum”. Um espaço cultural esvaziado de identidades dificilmente vai dialogar com o público e se desenvolver como potência de transformação social.

Espaços Culturais e suas histórias

Quando trazemos à tona a discussão sobre espaços culturais, devemos compreender o que isto implica, que o campo cultural é também lugar de constante conflito, disputa e que atualmente, no mundo contemporâneo, estamos em uma disputa de narrativas. Plínio Rattes (2014) nos rememora os nossos períodos totalitários e de hegemonia cultural e as suas consequências que reverberam até os dias atuais. A dificuldade enquanto sociedade brasileira em atuar de forma participativa está relacionada a nossa constituição de hábitos culturais, sendo esse um processo educativo influenciado tanto por instituições formais, quanto por estruturas sociais (KAUARK; LEAL, 2019).

O Brasil tem uma histórica deficiência na educação de cunho cidadã e de apreço ao bem público, e passou por longos períodos ditatoriais e totalitários no último século, como o Estado Novo, de 1937 a 1945, e a Ditadura Militar, de 1964 a 1985; passou pela violação de direitos fundamentais, a exemplo da liberdade de expressão e o exercício da política. Estamos, portanto, em um processo de aprendizado da cidadania e participação, buscando formas de reconstruir “as pontes” entre as pessoas e a vida política do país. Ou seja, estamos reaprendendo a lidar de forma plena com a democracia. Neste processo, é preciso destacar, no entanto, que esta relação de diálogo estabelecida é permeada de tensões e disputas de poder entre os mais diversos atores sociais [...]. (RATTES, 2014, p. 6 e 7)

Compreender o território no qual estes espaços culturais estão localizados é compreender as dinâmicas sociais que foram estabelecidas pelos sujeitos que ali vivem. A estratégia de atuação nos espaços culturais adotada pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia nos seus municípios nos serve de exemplo e corrobora com a ideia de que a cultura quando gerida a partir das realidades locais proporciona um maior grau de possibilidade de desenvolvimento equilibrado. Além da busca pelo desenvolvimento equilibrado e sustentável entre regiões, Plínio Rattes aponta que o motivo pelo qual o governo baiano resolveu dividir o estado com critérios identitários foi “agregar no mesmo grupo municípios que compartilhassem dos mesmos sentimentos de pertencimento, e a partir daí identificar prioridades temáticas tomando por base a realidade local e as especificidades de cada região” (RATTES, 2014, p. 8-9)

[...] o objetivo do atual governo em dividir o estado a partir dos critérios de identidade foi agregar no mesmo grupo municípios que compartilhassem dos mesmos sentimentos de pertencimento, e a partir daí identificar prioridades temáticas tomando por base a realidade local e as especificidades de cada região. O objetivo final é possibilitar o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões. (RATTES, 2014, p. 8-9)

Desta forma compreendemos que fortalecer os espaços culturais já existentes e atuantes na cidade pode inclusive proporcionar uma maior compreensão da população com território e seus patrimônios culturais. Bem como potencializar práticas de cidadania e a garantia de seus direitos culturais. Espaços culturais, ou patrimônio edificado voltado para eventos culturais, podem e devem ser lugares de “garantia À participação na vida cultural”, pois são próprios para abrigar a diversidade cultural “tão característica dos mais diversos territórios de identidade do estado” (RATTES, 2014, p. 11).

Isto posto, entende-se que as edificações voltadas às atividades culturais, a exemplo dos centros de cultura, podem ser instrumentos de garantia à participação na vida cultural, uma vez que tais locais “são território adequado a abrigar toda espécie de ação cultural” (Sartini, 2013, p. 5) e podem, assim, acolher, apoiar e difundir a diversidade cultural que tão característica dos mais diversos territórios de identidade do estado. (RATTES, 2014, p. 11)

Para que a gestão destes espaços esteja a serviço da comunidade é fundamental que se compreenda as potencialidades culturais locais. E que esses espaços dialoguem com os anseios de sociedade da população. “Para montagem da programação é crucial conhecer bem o território que o equipamento ocupa, os grupos que estão no entorno,

bem como a produção cultural contemporânea” (KAUARK; LEAL, 2019, p. 132). Assim como é fundamental conhecer a história destes espaços, os seus valores fundantes, quem são os sujeitos que detém o poder de decisão e quais são as projeções de futuro para estes espaços e para a sua comunidade.

Narrativas do Mercado Público de Jaguarão

O Mercado Público de Jaguarão está localizado na rua General Marques no centro da cidade de Jaguarão, segundo a página na internet do mapa cultural da Prefeitura de Jaguarão. Sua construção é datada da segunda metade do século XIX. Surge no intuito de organizar e dinamizar as práticas mercantis. É um patrimônio cultural tombado pelo IPHAE desde a década de 1990, e faz parte do Conjunto Histórico e Paisagístico de Jaguarão tombado pelo IPHAN em 2011 (OLIVERA, 2017).

No ano de 2013 através de notificação do IPHAN o Mercado foi fechado. Sua estrutura degradada pelo tempo e a falta de manutenção adequada colocava em risco a vida das pessoas (OLIVERA, 2017). Ele passou cerca de seis anos fechado, período também de planejamento e execução da obra de restauro que foi concedida através do Programa PAC Cidades Históricas. Em agosto de 2019 foi entregue pela construtora responsável pelo restauro e em dezembro do mesmo ano foi reaberto ao público.

Como todo mercado público sua função à época de construção se deu pelo escoamento de mercadorias chegadas ao porto fluvial de Jaguarão, que comercializava artigos da agricultura e da pesca. Destacamos sua participação no comércio de sujeitos negros oriundos do continente Africano e escravizados no período colonial.

Juliana Delgado Olivera (2017) evidencia ter havido insatisfações por parte da população jaguareense a respeito dos atuais usos do Mercado. O projeto de readequação privilegia o turismo e defende um uso gastronômico para atingir esse público, deixando de lado o seu uso tradicional. Ela também nos relata que entre os usos do “novo mercado”, buscando adequar-se à iniciativas contemporâneas, as lojas estariam dispostas da seguinte forma:

Segundo A. R. a nova gestão sugere como destinação para as nove salas do Mercado os seguintes estabelecimentos comerciais: dois restaurantes (sendo que um deles contém uma doceria onde há proposta de separação, para que a doceria possa ser empreendimento isolado); floricultura; artesanato e

souvenir; correaria; loja de doces; produtos naturais; embutidos e processados e bar. (OLIVERA, 2017, p. 40)

No desenvolvimento desta pesquisa, identificamos em que a Prefeitura de Jaguarão, efetuou alguns Chamamentos Públicos, o 006/2019 e o 009/2019 para a ocupação dos espaços, no entanto, devido a não ocupação total dos boxes pelos comerciantes locais, realizou-se mais um chamamento, o 006/2020, que propõe a outorga de permissão de uso oneroso dos boxes do Mercado, aberto até o dia 23/10/2020. Das nove salas disponíveis seis estão vazias, duas ocupadas, sendo uma para bar e outra para comércio, esta última foi angariada pela Associação da Economia Solidária e a terceira do somatório é destinada para a Administração Pública⁴.

A partir dos documentos citados acima notamos certa dificuldade da prefeitura de ocupar as salas pelo comércio local. Na pesquisa de campo, em conversa informal o secretário adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente⁵ quando questionado sobre haver um plano de gestão para o Mercado, afirmou que a gestão dos boxes é feita pela imobiliária que ganhou a licitação. E que havia o interesse da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente de se desenvolver uma feira do Agronegócio em seu pátio, bem como parcerias com a Secretaria de Cultura e Turismo para desenvolver atividades culturais, sendo uma delas os ensaios das escolas de samba do carnaval, representações culturais importantes da cidade. Por não haver estrutura como caixas de som disponíveis para as escolas de samba a atividade não ocorreu. Foi solicitado ao secretário adjunto que caso houvesse documentos relacionados a esses planejamentos que o mesmo nos encaminhasse⁶.

Fomos direcionados até a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente após contato com a Secretaria de Cultura e solicitação de informações a respeito da gestão do Mercado Público. Assim, observamos que as dificuldades impostas ao Mercado Público podem ser inclusive de ordem de segmento. Já que mercados públicos se configuram não só como espaços comerciais atualmente, mas sim como espaços socioculturais.

⁴ Instalação do quadro de carga de energia elétrica pela CEEE.

⁵ Órgão responsável pelo Mercado Público.

⁶ Não houve retorno até a finalização desta pesquisa.

Além do novo uso destinado a gastronomia e ao comércio, a nova gestão municipal prevê a realização de cronograma de atividades culturais gratuitas para a população, a ser elaborado através da parceria entre as secretarias de cultura e turismo e de desenvolvimento econômico. (OLIVERA, 2017, p. 40)

Podemos concluir que não só não há um planejamento estratégico de desenvolvimento do mercado público, como a própria gestão da cidade compreende este bem apenas com fins econômicos.

Atualmente, o Mercado Público encontra-se fechado devido à pandemia de Covid-19. Entretanto, desde a sua reabertura e com o começo das ocupações dos boxes, algumas atividades têm sido organizadas, entre elas, apresentações musicais promovidas pelo bar que ocupa um dos boxes e apresentações alusivas ao Dia da Mulher, organizadas pelo Movimento de *Mujeres de Frontera*. Jovens de diversas localidades da cidade ocupam suas dependências durante a noite como forma de sociabilidade. O espaço também se torna atrativo quando há o *Rock in rua* evento aberto que é organizado pelo Gastrobar Tu Casa e acontece na rua defronte das entradas do Mercado Público.

Narrativas do Clube Social Negro 24 de Agosto

O Clube Social Negro 24 de Agosto está situado a rua Coronel Augusto Leivas, número 217 no centro da cidade de Jaguarão, segundo a página da internet do mapa cultural da Prefeitura de Jaguarão (RS). A fundação do Clube Social Negro 24 de Agosto é datada no ano de 1918, através dos amigos Malaquias Oliveira e Theodoro Rodrigues, no intuito de estabelecer um espaço de cultura e sociabilidade para pessoas negras que à época não podiam frequentar clubes sociais de pessoas brancas. O Clube faz parte de um Movimento Associativista surgido como forma de combate ao racismo ainda no período colonial e antes da abolição oficial da escravatura. “A sociabilidade e seus ritos nas festividades desejavam o empoderamento negro e a construção identitária positiva em torno desta afirmação racial” (ESCOBAR; AL-ALAM; FRANCISCO, 2018, p. 73).

No estatuto mais antigo que existe no arquivo do Clube Social 24 de agosto data de 1958. Nele a instituição se define como uma sociedade recreativa e cultural, tendo como finalidades “[...] promover conferências, palestras, leituras de livros, jornais e revistas, manter uma pequena escola de alfabetização e trabalhos manuais, destinada aos sócios e suas famílias”. Fica

explícita a estratégia política da sociabilidade. (Escobar; Al-Alam; Francisco, 2018, p. 74).

Podemos observar as mudanças que ocorreram ao longo do tempo com o último Estatuto datado de 2011, onde as finalidades do Clube estão dirimidas da seguinte forma: “proporcionar reuniões diárias, promover festas, bailes, shows e todos os tipos de entretenimento, aperfeiçoar a vida social, esportiva, artística e cultural de seus associados”.

Entre as suas atividades socioculturais, algumas delas se destacam, como a sua antiga atuação com os Cordões Carnavalescos, bailes em datas comemorativas e o ainda atual concurso de beleza Mais Bela Negra, que já teve outros nomes ao longo de sua história. Em seu início o Clube 24 existia em espaços emprestados. A atual sede do Clube 24 foi construída pelas mãos da própria comunidade do clube.

No entanto, esse espaço de sociabilidade, lutas e conquistas de 2007 até 2014 esteve ameaçado de despejo. O mesmo enfrentou um processo judicial junto ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), dívida essa que teria iniciado em 1982 no valor de R\$ 2.801,61⁷. Estudos como o de Pires (2018) apontam a perseguição do Governo Ditatorial Militar de 1964 a 1985 a grupos e bailes organizados pela população negra, embora os estudos tragam dados mais precisos sobre o estado do Rio de Janeiro há documentos que comprovam a atuação e vigilância desses grupos pelo estado do Rio Grande do Sul⁸. Pires (2018) aponta as causas dessas perseguições para o mito da democracia racial e que os grupos e movimentos negros colocavam em risco o discurso do governo ditatorial de que no Brasil brancos e negros viviam em harmonia. Para além disso esses grupos eram relacionados à esquerda brasileira e representavam uma ameaça real a ordem vigente. A vigilância feita pelos militares apresenta documentos que apontam para grupos e intelectuais notórios do movimento negro.

Em documento datado de 09 de setembro de 1982 consta o monitoramento da Reunião do Grupo União e Conscientização Negra (GRUCON), realizada em Goiânia. Nele o agente destaca na área do Rio de Janeiro sete entidades engajadas na luta do Movimento Negro [...]. (PIRES, 2018, p. 1069)

Alguns dos nomes monitorados dessa época e que nos chamam a atenção é o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Clube Palmares (Volta Redonda/RJ). No caso

⁷ Em 2007 a dívida encontrava-se no montante de R\$ 5.327,55.

⁸ Matéria disponível no site Geledés, publicada em 2015.

dos intelectuais, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez. O Clube Renascença se tornou popular entre os jovens do Rio de Janeiro, este promovia bailes *black* que atraíam a atenção de estrangeiros como jogadores de basquete e DJs americanos negros, o que teriam chamado a atenção dos órgãos de segurança (PIRES, 2018).

A Ditadura Militar de 1964 buscou criar diversos órgãos para regular a cultura e sua disseminação em território nacional. Em meio a essas novas descobertas e tendo em vista que o ECAD é um órgão criado em plena ditadura militar, pela Lei nº 5.988/73 e a CPI de 2011 que constatou irregularidades na cobrança de direitos autorais fica o questionamento e a provocação para que novos estudos busquem investigar a sua atuação durante os anos ditatoriais e sua relação com os Clubes Sociais Negros.

Foi em meio à luta judicial que o Clube 24 de Agosto foi, em 2012, tombado como Patrimônio Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Entre essas mobilizações pela garantia da existência do Clube, em 2013 este passou a ser reconhecido como Ponto de Cultura. “Um Ponto de Cultura é uma entidade ou coletivo cultural reconhecido e certificado pelo Ministério da Cultura” (ESCOBAR; AL-ALAM; FRANCISCO, 2018, p. 84). Em 2016, a partir de muita mobilização popular foi suspensa a penhora da sua atual sede.

Embora toda a mobilização feita para que a sede do clube fosse salva e conjuntamente suas memórias, o clube ainda se encontra em saldo devedor junto ao ECAD. Bem sabemos que em tempos de guerras de narrativas, os espaços culturais de resistência e luta como o Clube 24 de Agosto são impedidos de existir.

Sua existência é relevante para a cidade, pois possui uma programação fixa de bailes que ocorrem todo domingo. Sedia também aulas de capoeira e atividades em datas temáticas como o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha (25 de julho), o aniversário do clube (24 de agosto), a Semana da Consciência Negra de Jaguarão e o Concurso Mais Bela Negra e Mais Bela Negra Mirim (novembro). No ano de 2019 o Clube sediou diversas atividades do Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as no mês de julho.

Há uma grande parceria entre o Clube 24 de Agosto e a Universidade Federal do Pampa e o Ilê Axé Mãe Nice D’Xangô, assim ele consegue proporcionar atividades que

vão para além dos tradicionais bailes de domingo, de cunho sociocultural. Esse vínculo com a universidade o tem auxiliado de diversas maneiras, como, no caso do leilão da sua sede.

Além de ativistas da área da cultura, durante estes anos houve o engajamento de diferentes categorias da Universidade Federal do Pampa para a realização de outras atividades no local. Estas atividades só têm reforçado, desde então, o Clube como um território negro de extrema relevância em Jaguarão. (ESCOBAR; AL-ALAM; FRANCISCO, 2018, p. 84)

As atividades de cunho educativo têm seu público composto majoritariamente por universitários, ativistas e agentes culturais da cidade. Enquanto que os bailes embora possuam um público diversificado, podemos notar uma maior presença da terceira idade. O sr. Neir Madruga Crespo, atual presidente do 24, em entrevista concedida a esta pesquisa demonstra certa preocupação pela ausência do público jovem da cidade no Clube, tendo em vista inclusive que o Clube 24 tem sua diretoria composta em sua grande maioria por pessoas já em idade avançada. Assim, ele preza pela participação e apropriação da juventude jaguarense com o Clube.

Todavia, não só o Clube 24, mas a cidade de Jaguarão possui de fato uma ausência de atividades voltadas especificamente para a juventude. Sabemos que é um verdadeiro desafio para clubes que não possuem dependências como quadras, piscinas e salões de jogos atrair o público mais jovem. Ainda mais hoje em dia que a juventude está cada vez mais tecnológica e conectada. Essa falta é notada quando vemos jovens ocupando as praças e espaços públicos da cidade. Visto que esses jovens quando atingem a maioridade, se veem sem perspectiva de continuar na cidade e buscam oportunidades não só de estudos, mas também de emprego em cidades vizinhas e mais desenvolvidas economicamente e em políticas culturais.

Espaços Culturais e suas identidades afrodiaspóricas

Os estudos de Stuart Hall (2006) e Néstor García Canclini (2005) apontam para os efeitos da globalização nas identidades. Que essas teriam se tornado fluídas e híbridas. Todavia, Hall (2006, p. 70) defende que “o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação” e que “a moldagem e a remodelagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas

e representadas”, ou seja, que as identidades não fogem ao seu tempo histórico-cultural. Tendo em vista que a globalização tornou o tempo mais ágil e no espaço mais abstrato eles procuram identificar quais são os seus impactos nas identidades nacionais. Compreendendo que o capitalismo procura dinamizar essas identidades a fim de que sejam mais lucrativas, ou seja, que a partir dessas identidades se possa atingir de forma mais eficaz os seus públicos. No entanto, mesmo com a globalização, ainda é necessário apostar em grupos sociais específicos, que levem em consideração os aspectos regionais e locais dos sujeitos. Para Canclini (2005) a identidade é também fruto de construções narrativas e essas são constituídas pela apropriação de um território por um povo e dos conflitos permeados por essa apropriação e que assim se estabelecem os modos legítimos de convivência e sobrevivência. Compreendendo que segundo Daniele Machado Vieira (2017, p. 35), um território passa a existir quando a delimitação de um espaço e seus limites “são utilizados para moldar, influenciar ou controlar acesso, comportamento e atividades”.

A escolha dos dois espaços culturais se dá por estarem interligados na formação identitária da população negra de Jaguarão. O Clube 24 de Agosto e sua comunidade representam a resistência e a luta contra o racismo e o *apartheid* que embora não assumido pelo Estado brasileiro, existiu. E eles também são um dos proponentes da Semana da Consciência Negra que acontece, não por acaso, na Praça das Figueiras (ou do Desembarque) que faz conexão com o Mercado Público a “Cultural Ayoluwa⁹”, festa de encerramento da Semana da Consciência Negra de Jaguarão que abriga diversas manifestações culturais e artísticas ao longo do dia, como teatro, música, capoeira, poesia, dança, entre outras. Dessa forma, os movimentos negros ao se utilizarem de um território marcado no passado por dores e violências através dessas manifestações artísticas e culturais buscam ressignificar o território a partir de narrativas positivas.

Jaguarão possui diversos territórios negros, espaços de sociabilidade e trabalho que remontam desde o Brasil Império. A cidade foi a segunda região da Província de São Pedro com maior número de escravizados em sua população ficando apenas atrás da capital Porto Alegre. Indica-se que “no ano de 1859, a população total de Jaguarão era de aproximadamente 12.999 pessoas. Destas, de acordo com dados coletados nos

⁹ Ayoluwa que em iorubá significa “alegria do nosso povo”.

Relatórios dos Presidentes de Província, aparecem 7.668 livres, 275 libertos e 5.056 escravizados” (ROSA et al., 2018, p. 18).

O Clube 24 de Agosto exerceu e exerce importante papel sobre a construção da identidade da população negra de Jaguarão. Sendo ele um dos poucos territórios negros da cidade que é reconhecido pelo Estado. É no Clube 24 que se armazena grande parte da história da população negra de Jaguarão, atualmente através da sua comunidade e de seu acervo.

Jaguarão possui outros tantos territórios negros, mas são poucos ainda os que fazem parte da narrativa oficial da cidade numa perspectiva de valorização da negritude ali presente e que permeiam o imaginário social local. A própria Praça das Figueiras e o Mercado Público de Jaguarão ainda não acionam essa narrativa. Entretanto fica evidente que esses espaços possuem relevância nessas práticas sociais. A Praça das Figueiras, também conhecida como Praça do Desembarque e o Mercado Público são marcados pelo desembarque de negras e negros escravizados trazidos pelos portos de Pelotas e Rio Grande e pelo comércio desses aos grandes senhores donos de charqueadas e comércios locais. Eles representam também as práticas de luta pela liberdade através do trabalho, das práticas religiosas e da reconexão com África a partir da ressignificação de elementos locais.

O conjunto de figueiras lembra as formas de adaptação que os/as africanos/as fizeram de suas culturas quando no contato com a natureza das Américas, mais especificamente a religião: as figueiras foram usadas de forma simbólica como árvores sagradas, assim como os baobás foram utilizados em África. Ainda hoje, ao pé destas árvores, muitas vezes são encontradas oferendas, que demonstram que a Praça do Desembarque, bem como sua vegetação, ainda possui um importante significado dentro da tradição afro-religiosa na cidade. (LIMA; AL-ALAM, 2018, p. 39)

Segundo Olivera (2017, p. 9), “mercados públicos se configuram como os lugares que proporcionam as trocas de valores, conhecimentos e experiências, contribuindo para o desenvolvimento da vida social das cidades”. Compreendemos que o Mercado Público de Jaguarão foi um importante espaço das práticas de trabalho da população negra que ali comercializava suas mercadorias e serviços. A essa formação podemos incluir também a beira do rio Jaguarão através das lavadeiras que ali se encontravam para lavar roupas e compartilhar “impressões sobre o seu cotidiano” essas mulheres “ritualizavam uma relação do trabalho em íntima sensação com a natureza,

que, em conjunto com suas crenças religiosas, fortaleciam os laços daquela comunidade” (LIMA; AL-ALAM, 2018, p. 44). Portanto, notamos que não só a Praça das Figueiras e o Mercado Público são territórios negros, como também a própria beira do rio Jaguarão e que essas narrativas não são evidenciadas nesses espaços.

[...] os nossos territórios negros são num primeiro momento espaços físicos habitados por pessoas negras. Mas, mais do que isso, são espaços simbólicos, repletos de sentidos e significados relacionados às práticas ali existentes, a uma ancestralidade negra, a uma memória negra, a um modo de ser e estar negro. (VIEIRA, 2017, p. 42)

Em uma época em que se organizar era questão de sobrevivência o Clube 24 e sua comunidade foram os responsáveis por positivar a imagem de negras e negros numa sociedade que os rejeitava. Só seriam bem vindos se fosse para servir. Ainda hoje pouco mudou na sociedade brasileira. O projeto de marginalização de negras e negros iniciado antes mesmo do pós-abolição ainda está em vigor, jovens negros são os que mais morrem, mulheres negras continuam a ter trabalhos subalternizados e a presença de profissionais negros em espaços de poder ainda está longe de ser igualitária. É perceptível que ainda falta apoio da sociedade civil e do governo local para que as atividades do Clube ocorram, exemplo disso, é a própria Semana da Consciência Negra de Jaguarão (SCNJ), que há pelo menos dois anos disputa público com a Feira do Livro da cidade. A SCNJ está na sua 12ª edição e ainda luta por espaço e reconhecimento. A Semana da Consciência Negra ocorre em espaços diversos da cidade, como, no próprio Clube 24, em escolas públicas, na Universidade Federal do Pampa e tem seu encerramento nas proximidades do Mercado Público, entre a Praça das Figueiras e a Biblioteca Pública. Por que então não se apropriar do Mercado Público com essa narrativa? Proporcionar que não só na SCNJ ocorram atividades do Clube 24 em parceria com o Mercado Público. Transformar esse espaço público em um espaço vivo, de fruição cultural, que incida sob as identidades culturais da população negra e não negra de Jaguarão.

Então questionamo-nos sobre o direito à cidade, quem pode usufruir dela, a quem é destinado os espaços culturais centralizados? Não é nenhuma novidade que a população negra e empobrecida das cidades brasileiras está em suas zonas periféricas, em bairros com precariedade de saneamento básico, asfalto, saúde, moradia, segurança, educação e obviamente acesso à cultura e ao lazer. Fortalecer os espaços culturais que já

existem torna-se mais do que necessário, apropriar-se de narrativas que incidam sobre as identidades locais é criar laços afetivos entre o espaço e o seu público. E, tudo isso, deveria ser missão prática de gestões municipais.

De fato, o objetivo de um gestor é construir novas vontades coletivas. A justiça econômica é urgente, mas sabemos que, para mudar a sociedade, é preciso uma nova cultura comum além da construção de um novo imaginário, de novas mentalidades. O gestor cultural é, então, uma pessoa que acredita na cultura como agente decisivo nesse aspecto. Ele sabe que, trabalhando com objetos culturais, é possível intervir nos imaginários, influenciar os laços humanos. (VICH, 2017, p. 53)

Tanto a gestão municipal, quanto a população esperam muito do Mercado Público, principalmente por ele ter ficado tanto tempo em desuso e assim projetam suas visões de mundo nele. De um lado esperam o retorno financeiro utilizando o Mercado como um produto turístico e do outro um espaço cultural, de sociabilidade e bem estar social, que seja capaz de gerar não só valores financeiros, mas principalmente humanos.

Para Vich (2017, p. 50) os agentes culturais estão sendo “formados sob o paradigma da administração e do planejamento de projetos”. Obviamente esse modus operandi faz parte do mundo capitalista e de suas burocracias e assim, não só agentes culturais, mas gestores em um geral “privilegiam resultados em vez de processos”. Instituiu-se na cidade o pensamento governamental de que a cultura deve servir ao turismo e não à população. Não à toa, o Mercado Público busca se padronizar e transformar-se em um local elitizado, que as camadas baixas da comunidade jaguareense não frequentará por não ser acessível. Um discurso neoliberal que só entenda a “cultura como um bom negócio¹⁰”, pode invisibilizar os fazeres culturais locais e jogar essas populações mais a margem da sociedade do que elas já estão. Efetivas ações de tornam necessária, pois tanto o Mercado Público quanto o Clube 24 de Agosto estão localizados em áreas centrais da cidade de Jaguarão.

Compreendendo inclusive que “as identidades nacionais, como vimos, representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares” (Hall, 2006, p. 76) Podemos afirmar que o Clube 24 e o Mercado Público são espaços culturais que incidiram e ainda incidem nas identidades e na sociabilidade da população negra de Jaguarão. Formando laços de trabalho, familiares, de amizade, de lazer, de

¹⁰ Frase entronizada pelo Ministro da Cultura Weffort no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

pertencimento, luta e resistência. Apropriar esses espaços com essas narrativas possibilita que a população e atores culturais locais incidam sobre estes, compreendendo o seu valor histórico e formativo na comunidade Jaguareense, possibilitando uma maior aproximação entre os seus públicos e os seus gestores de forma sensível.

De fato, tudo se tornou mais complexo neste momento de pandemia e isolamento social já que todas as atividades artísticas e culturais foram suspensas. No entanto, para aqueles que moram na cidade de Jaguarão a queixa é sempre a mesma, a de não haver atividades culturais para a sua população. Enquanto o governo local preocupa-se primordialmente com as datas referentes a grandes eventos turísticos, deixando-os concentrados nos dois primeiros meses de cada ano, como o Carnaval e a *Motofest*. Os agentes culturais locais tentam minimamente suprir a falta de acesso a essas atividades ao longo do ano, no entanto a formação do público que não está acostumado a atividades culturais fora desse período fica invisibilizada ou restrita a aquelas que já caíram no gosto popular. Observamos que é escasso o comprometimento do governo local em fomentar e incentivar a participação da população a nessas atividades.

Kauark e Leal (2017, p.130) defendem que não só os hábitos culturais são fatores relevantes na relação entre espaços culturais e o público, mas que há atravessamentos de outros fatores que estão diretamente relacionados ao direito à cidade, tais como “localização, segurança e transporte”. E há os fatores específicos de cada espaço cultural “valor de ingresso, programação, e, no contexto atual, concorrência com práticas culturais realizadas no ambiente digital e no âmbito domiciliar”.

Ambos espaços culturais precisam ser compreendidos em suas capacidades potencializadoras para o campo da cultura, por articularem práticas de troca mútua, de sociabilidade na cidade de Jaguarão, e proporcionarem atividades culturais acessíveis à grande parcela da população, ainda que essas possuam valor de entrada (no caso do clube). Por fim, numa perspectiva de desmonte da cultura e de carência de espaços culturais em cidades interioranas do país.

Considerações Finais

Pudemos observar a importância do contexto histórico, cultural e identitário na atuação dos agentes culturais com os objetos de estudo. Constatando assim que aquele que melhor dialoga com a sua comunidade é o que possui as maiores chances de ser abraçado afetivamente por ela e sobreviver às diversas intempéries. O Clube Social Negro 24 de Agosto conta com a participação da comunidade local, que compreende a sua importância sociocultural neste território, com a Universidade Federal do Pampa, na presença do Neabi-Mocinha, do curso de licenciatura em História e do curso de Bacharelado em Produção e Política Cultural.

Certamente ainda há problemas que precisam ser resolvidos, como a situação com o ECAD e o protagonismo da juventude negra jaguareense. No entanto, neste momento de crise sanitária e econômica o Clube 24 de Agosto evidenciou através de ações solidárias os motivos pelos quais ele é um clube negro centenário, os desejos de Malaquias Oliveira e Theodoro Rodrigues e demais amigos ainda estão vivos e pulsantes, pudemos observar que os seus valores permanecem intactos apesar do tempo, sendo ele um espaço de cuidado e aquilombamento.

Podemos dizer que um espaço cultural bem gerido é aquele em que o público se sente pertencente ao local e aqui podemos destacar a necessidade de que o espaço não só conheça a comunidade local, mas dialogue com ela. Desta forma podemos afirmar que toda a mobilização destinada a participação e acesso do Clube 24 aos editais da Lei Aldir Blanc indicam que “essas redes profissionais também são redes políticas, de solidariedade, de apoio, de orientação, porque infelizmente o tempo da burocracia não é o tempo da necessidade e do afeto” (RABELO, 2020).

Quando colocamos em contraponto o Mercado Público percebemos que o Estado deve atuar como o mediador e nunca como o sujeito da ação. Deve ser capaz de garantir a infraestrutura, equipar os espaços culturais e incentivar a participação social. Por isso a grande necessidade de se ter conhecimento sobre o território de atuação, aspectos que vão para além do que o Estado deseja, compreender quem são os moradores daquele território, quais são suas práticas culturais, a qual classe eles pertencem, qual a sua média de idade, quais profissões são dominantes, qual o nível de educação formal e o

que essas pessoas desejam para a sua cidade e seus espaços culturais. Estes aspectos estão diretamente ligados ao bom desenvolvimento local e cultural, pois, as necessidades primárias dessas comunidades precisam ser levadas em conta. E entendemos que um espaço cultural deve ser potencializador destes aspectos e não o supressor. Obviamente com a cultura política que temos na sociedade brasileira, este tipo de trabalho é paulatino e constante. E infelizmente a emergência de muitos governantes prefere maquiar os problemas ao invés de buscar formas conjuntas de solucioná-los.

Precisamos acima de tudo como gestores da cultura pensar, imaginar e construir um projeto de cultura a serviço da sociedade. Que seja capaz de romper com as culturas estruturantes de machismo, racismo, lgbtqfobia, entre outras discriminações violentas. Cultura e cotidiano são fundamentos para a construção de uma sociedade mais cidadã e participativa. O senso de coletividade de fato está fragilizado, entretanto, temos visto ao longo desses meses de pandemia diversas ações que buscam reestabelecer esses laços e não à toa, não por um acaso, essas ações estão nas favelas, nas periferias e na maioria das vezes são conduzidas por pessoas negras, pois o senso de comunidade entre elas nunca deixou de existir, já que sempre foi conduzido pela própria necessidade de sobrevivência. São essas práticas e tecnologias sociais que precisam ser replicadas numa macro esfera. E daí reitero a necessidade de espaços culturais que sejam capazes de recriar laços afetivos e atuar nas políticas culturais de forma pontual nas micro esferas. Assim, o grande desafio dos gestores e produtores culturais é compreender a cultura como processo e não como atividade fim.

Referências

BAGOLIN, Luiz Armando. **A cultura e o pós pandemia**. São Paulo: Jornal da USP.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

ESCOBAR, Giane Vargas; AL-ALAM, Caiuá Cardoso; FRANCISCO, Rodrigo. Sociabilidades num clube negro: A prática cultural como prática política no Clube Social 24 de Agosto. In: AL-ALAM, Caiuá Cardoso; ESCOBAR, Giane Vargas;

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.

IPHAЕ. Instituto do patrimônio histórico e artístico do estado do RS. **Bens Tombados**. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>. Acesso em: 09 dez. 2020.

- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Conjuntos Urbanos Tombados (Cidades Históricas)**. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>. Acesso em: 09 dez. 2020.
- KAUARK, Giuliana; LEAL, Nathalia. Camadas tangíveis e intangíveis da gestão de espaços culturais. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Gestão Cultural**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 127-147.
- LIMA, Andréa da Gama; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Territórios negros em Jaguarão. In: AL-ALAM, Caiuá Cardoso; ESCOBAR, Giane Vargas; MUNARETTO, Sara Teixeira. **Clube 24 de Agosto, 1918-2018: 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguai**. Porto Alegre: Ilu Editora, 2018. Cap. 2. p. 37-54.
- LIMA, Andréa da Gama; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Patrimônio cultural e protagonismo negro: a ameaça de perda da sede e o tombamento histórico do Clube Social 24 de Agosto. In: AL-ALAM, Caiuá Cardoso; ESCOBAR, Giane Vargas; MUNARETTO, Sara Teixeira. **Clube 24 de Agosto, 1918-2018: 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguai**. Porto Alegre: Ilu Editora, 2018. Cap. 8. p. 183-200.
- OLIVERA, Juliana Delgado. **Novos usos do patrimônio cultural edificado: análise da requalificação para uso cultural do mercado público municipal de Jaguarão/RS**. 2017. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Produção e Política Cultural, Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2017.
- PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Estruturas Intocadas: racismo e ditadura no rio de janeiro**. Revista Direito e Práxis, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 1054-1079, jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2018/33900>.
- RATTES, Plínio César dos Santos. **Espaços culturais públicos e participação social: A busca por um modelo de gestão compartilhada**. In: III Encontro Internacional de Direitos Culturais, 2014, Fortaleza.
- RABELO, Carla. **Lei Aldir Blanc, Política Cultural e Audiovisual**. São Paulo: Revista Exibidor, 2020.
- ROSA, Alzemiro Gonçalves da; BOM, Matheus Batalha; CORRÊA, Nelson Luís; SILVA, Tiago Rosa da. Experiências negras de escravidão e liberdade em Jaguarão nos séculos XIX e XX. In: AL-ALAM, Caiuá Cardoso; ESCOBAR, Giane Vargas;
- VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Cap. 1.
- VICH, Víctor. O que é um gestor cultural? In: CALABRE, Lia; REBELLO, Deborah. **Políticas Culturais: conjuntura e territorialidades**. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. p. 49-54.